



“SE EU NÃO SOU INSTRUÍDA PARA FALAR SOBRE ISSO, PORQUE EU VOU FALAR?”: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

FERNANDES, Thatyanny Gomes¹
SILVA, Marcela Karina Dantas²
SILVA, Iolete Ribeiro³
MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa⁴

Introdução

A escola quando almeja a emancipação humana assume um compromisso direcionado a promoção da autonomia e da consciência crítica. Este objetivo é muito caro quando vivenciamos em nossa vida diária situações de opressão, violência e preconceito à população que se encontra à margem da sociedade. A negação dos direitos básicos a toda população tem desafiado os profissionais da Psicologia a desenvolverem ações que mobilizem os sujeitos a provocarem mudanças nas suas condições sociais. Com o intuito de contribuirmos para a construção de uma sociedade que respeita os direitos fundamentais do sujeito, desenvolvemos uma intervenção centrada na desconstrução dos ideais heteronormativos que vem orientando as relações sociais e pedagógicas no ambiente escolar.

Essa base ideológica da heteronormatividade, segundo Junqueira (2009), pode ser encontrada nas propostas pedagógicas da escola. Para o autor, o homem, o heterossexual, o adulto e os “normais” possuem o papel central e o poder de ditar as normas e as regras do que pode ser realizado no contexto educativo.

Diante desta realidade, íremos apresentar uma intervenção realizada com professores da rede pública de ensino⁵, cujo objetivo, primordial, foi o de identificar no ambiente escolar os elementos que estão contribuindo ou impedindo a inserção de projetos de intervenções voltados a diversidade sexual e de gênero.

Metodologia

¹ Psicóloga pela DeVry - FMF, Manaus-Am. E-mail: fernandesthatyanny@gmail.com.


² Graduanda em Psicologia pela DeVry – FMF, Manaus-AM. E-mail: marcelakarinadantas12@gmail.com.

³ Psicóloga e professora da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iolete.silva@gmail.com

⁴ Psicóloga e professora da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: adinetecosta@hotmail.com

⁵ A intervenção é um recorte do Projeto de Extensão da UFAM, intitulado *Psicólogo escolar e a diversidade sexual e de gênero: formação de professores*.





Os dados obtidos na intervenção foram investigados com base na perspectiva construtivo-interpretativa do Gonzalez Rey (2015). Esta metodologia possui algumas etapas básicas: 1. Identificar os indicadores de sentido; 2. Interpretar e reunir; 3. Criar os núcleos de sentido. Nesse processo de interpretação e criação, o participante e o pesquisador assumem o papel de sujeito da pesquisa, pois por meio do diálogo surgirá a produção do novo saber.

Participaram 20 professores do ensino fundamental I e II de duas escolas de públicas de Manaus-AM. A intervenção envolveu o contato individual e grupal, por meio, de entrevistas que não foram gravadas, mas registradas nos diários de campo. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado com as seguintes perguntas: 01. Você tem interesse em discutir este tema? 02. Quais os motivos que o faz ter interesse ou não nesta temática?.

Discussão dos resultados

Com base na análise das entrevistas registradas em 25 diários de campo, foi possível identificarmos as resistências dos educadores em discutirem a diversidade sexual e de gênero nas escolas. Esta resistência, geralmente, estava interligada tanto às questões religiosas quanto de formação pedagógica.

Os professores tendiam a justificar a manutenção do modelo heteronormativo e a exclusão deste debate utilizando-se do discurso religioso, veja o relato da professora 20:

“Se na bíblia diz que o homem nasceu para mulher e vice-versa, será abominado dos céus tudo que distorce disso. E continua: se a bíblia fala até em traços afeminados, como podemos ir contra?” (DC06).

Intervir na escola abordando a temática da diversidade sexual e de gênero demanda do psicólogo escolar uma ação que envolva o diálogo que não exclui as crenças do sujeito, mas que problematiza a construção social destes valores heteronormativos. Devemos trabalhar a partir do conteúdo trazido pelos educadores para, assim, problematizarmos os impactos destas crenças no desenvolvimento dos seus alunos.


Alguns professores, como forma de retirar a sua responsabilidade social, enfatizam o seu papel de ensinar os conteúdos programáticos como sua única função. Observe:

“A professora 14 relata que se o aluno é gay ou não é gay e não atrapalha a sua aula, não tem nada a ver com isso. (...), seu papel é dar aula!” (DC02).

O professor ao compreender o processo de aprendizagem sob o viés conteudista, tenderá a justificar a exclusão de conteúdos a partir do que contém no currículo escolar:

“A professora 14 verbaliza que nas suas aulas ela fala sobre aquilo que está na base curricular. E continua: ‘se eu não sou instruída para falar sobre isso, porque eu vou falar?’” (DC02).





Esta visão mecanicista de aplicabilidade do currículo tem impedido o professor de se posicionar diante das especificidades e desafios que emergem no cotidiano escolar. Nessa direção, diante de uma realidade que exclui e oprime os sujeitos que não se enquadram nos ideais heteronormativos, Esperança, Silva e Neves (2015), consideram a importância de uma formação pedagógica que combata a homofobia na escola. Por isto, a professora 12 explica:

“Têm professores que dizem que orientação sexual é balela, mas na verdade eles não falam sobre o assunto porque não estão preparados para lidar com esse público” (DC06).

A ausência de uma formação que contemple a diversidade sexual e de gênero tem produzido medo e resistência nos professores. Isso, absolutamente, não quer dizer que devemos justificar as omissões dos educadores diante de casos de homofobia com base no despreparo acadêmico, estamos apenas indicando a necessidade de uma formação que o instrumentalize a pensar sobre a temática com base em conhecimentos científicos e não em crenças pessoais.

Os projetos pedagógicos deveriam estar, neste caso, articulados com propostas que garantam os direitos de todas as pessoas, independente, da orientação sexual, da identidade de gênero, da etnia e/ou da classe social. Junqueira (2009) explica que ações voltadas apenas para as mudanças de sentimentos e atitudes de grupos preconceituosos não legitima o direito do “outro”. Observe a seguir o relato em que ocorre uma ação “protetiva”, mas não de garantia de direitos:


“Na escola teve um aluno que era todo afeminado e o fato dele ter estudado na escola desde pequeno, nós conseguíamos protegê-lo das situações de preconceito. A professora 11 continua: me preocupo como será lá fora, quando ele sair da escola” (DC06).

Para concretizar a perspectiva de inclusão social como direito e não como um processo que depende da generosidade do “outro”, a escola precisa incluir atividades educativas alinhadas a garantia de direitos.

Considerações finais

Nas escolas onde ocorreu a intervenção, os professores tiveram a oportunidade de dialogar sobre a diversidade sexual e de gênero trazendo situações do cotidiano escolar. A dialogicidade possibilitou que os educadores pudessem verbalizar as suas concepções e crenças. Esta dinâmica dialógica foi fundamental para pensarmos em uma estratégia de trabalho organizada e estruturada para movimentar posições e atitudes nos educadores.





Em geral, podemos finalizar, que a Psicologia pode contribuir com a inserção da diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares quando se propõe a dialogar com os educadores sobre os seus medos, dúvidas e resistências. Isto porque, é por meio das interações sociais que a constituição do pensamento se concretiza e, portanto, será por meio dessa relação que as alterações e a criação do novo surgirá, dando lugar a uma nova escola que inclua e garanta os direitos de todos aqueles que compõem o espaço educativo.

Referências

ESPERANÇA, A. C.; SILVA, I. R.; NEVES, A. L. M. Significados e sentidos sobre homossexualidade entre docentes: uma análise sócio histórica. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, 739-749, 2015.

GONZÁLEZ REY, F. Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa. *In*: MARTÍNEZ, A. Mitjans; NEUBERN, M.; MORI, V. D. (Org.). **Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas**. Campinas SP: Alínea Editora, 2015. p. 13-34.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, R.D. **Diversidade sexual na educação: problematizando sobre homofobia nas escolas**. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

